

**AUTARQUIA EDUCACIONAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – AEVSF
FACULDADE DE PETROLINA - FACAPE**

Campus Universitário, s/n – Vila Eduardo – Petrolina/PE. CEP: 56328-903.

CNPJ nº 11.157.971/0001-66

Tel: 87 3866 3200



IV MEPE - Mostra de Ensino, Pesquisa e Extensão do Vale do São Francisco

EDITAL DE CHAMADA PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

A **Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Faculdade de Petrolina-PE**, em parceria com **Liga Acadêmica de Direito do Vale do São Francisco**, convida alunos e professores desta e de demais IES da região e do Brasil para a participação da **IV MEPE-Mostra de Ensino, Pesquisa e Extensão do Vale do São Francisco**, que será realizada, de forma virtual, no período de **7 a 11 de junho de 2021**, conforme as normas a seguir:

I DA MODALIDADE - A IV MEPE será constituída por quatro etapas: a) inscrição: enviar a ficha preenchida e o resumo por email (modelo abaixo); b) avaliação do resumo; c) apresentação virtual do trabalho pelo Classroom/Google Meet; d) publicação eletrônica dos resumos e trabalhos completos (artigos) nos Anais do Evento.

II DOS TRABALHOS - Podem ser inscritos trabalhos de qualquer área do conhecimento e desenvolvidos em sala de aula (ensino) ou fora dela, seja da graduação ou pós-graduação, acerca de atividades de pesquisa e/ou extensão, já concluída de 2017 em diante ou em andamento.

2.1 - Para resguardar a originalidade, o trabalho inscrito não pode coincidir com a temática, metodologia e resultados de outros trabalhos. Ex.: considere que na modalidade Ensino, na disciplina Antropologia, foi ensinado o conteúdo-tema Etnocentrismo e Relativismo Cultural. Como etapas, foram ministradas aulas expositivas, analisados artigos científicos sobre o tema, realizados debates e foi feita uma atividade avaliativa, a qual consistiu na apresentação de seminários (para isso, a turma foi dividida em oito grupos, os quais apresentaram subtemas ligados ao assunto visto). O trabalho a ser inscrito pelo aluno na IV MEPE é o do grupo e não o da turma (atividade geral). Resumindo: se for sobre uma atividade desenvolvida pela turma toda, somente um autor/grupo poderá inscrevê-la na IV MEPE (o professor da disciplina ou uma equipe/aluno).

2.2 - Podem ser inscritos também trabalhos de reflexão teórica, sem ligação direta com ações desenvolvidas no Ensino, na Pesquisa e/ou Extensão. Ex.: estudo que compara os elementos da prosa russa com os do Surrealismo da América Latina; as principais diferenças entre a Teoria do Domínio do fato e a da Cegueira Deliberada; Aspectos da Administração de empresas da área da fruticultura irrigada; aspectos da Linguística Funcional e a Teoria dos Atos de Fala etc (trabalhos de revisão bibliográfica).

III DO CADERNO DE RESUMOS - O Caderno de Resumos Eletrônico (com ISBN) será publicado até o final de outubro de 2021.

IV DOS CERTIFICADOS - A IV MEPE conferirá aos participantes certificado de apresentação em evento científico nacional.

V DOS PARTICIPANTES - poderão participar todos os alunos e professores da **Faculdade de Petrolina-PE** e de demais Instituições de Ensino Superior (públicas ou privadas) da região e do Brasil.

VI DAS INSCRIÇÕES - As inscrições serão gratuitas e deverão ser feitas exclusivamente por email (**mepe4.facape@gmail.com**) até o dia 5 de maio, às 23h59. Para a inscrição, enviar o resumo e ficha preenchida (em um arquivo em word sem ser em PDF. Portanto, não enviar em arquivos separadamente). O resultado com os trabalhos aprovados será publicado em lista até o dia 25/5 no site www.facape.br

6.1 - O resumo deverá ter título (negrito, caixa alta, letra tam. 12, centralizado); em caixa baixa, nome dos autores logo abaixo do título à direita, com email, instituição a que está (ão) vinculado (s) o(s) autor(es) e curso. O texto do resumo deve conter: um parágrafo, linhas entre 15 e 20, letra tam. 12, caixa baixa, ARIAL, espaçamento simples entre as linhas, justificado e entre 3 e cinco palavras-chave separadas por ponto (ver exemplo abaixo).

6.2 - O trabalho poderá ter, no máximo, seis autores. Se o trabalho tiver mais de um autor, somente um precisa se inscrever. No entanto, na ficha devem constar os dados de todos os componentes. Cada autor/grupo poderá apresentar/inscrever até dois trabalhos.

6.3 - O trabalho completo (em forma de artigo científico contendo entre 10 e 15 páginas), para quem quiser publicar e tiver feito a apresentação no evento, deverá ser enviado até o dia 28 de junho de 2021 (Modelo anexo).

6.4 - Calendário resumido da IV MEPE

6.4.1 - Inscrições: até 5/5/2021 (exclusivamente por email: mepe4.facape@gmail.com). Gratuitamente.

6.4.2 - Resultado: lista até o dia 25/5 no site www.facape.br

6.4.3 - Apresentação dos trabalhos na IV MEPE, através do Classroom: de 7 a 11/6 (o dia e horário de cada trabalho serão divulgados até 30/5)

6.1.4 - Envio de trabalho completo (artigo científico): até 28/6

6.1.5 - Publicação dos certificados no site www.facape.br: até 30/6

6.6 - Publicação eletrônica dos Anais com Resumo e trabalhos completos (artigos): até 31/10 (no site da FACAPE).

VII DA APRESENTAÇÃO - cada trabalho será apresentado em sala no Google Meet enviada aos participantes do evento **em até 10 minutos no período de 7 a 11 de junho (o dia e horário de cada apresentação serão divulgados)**. A apresentação poderá ser feita por um ou dois integrantes do grupo.

Genivaldo do Nascimento
Carlos Eduardo Romeiro Pinho
Gláucia Rejane da Costa
Ícaro Gabriel da Cunha Reis
Filipe Gabriel Gomes de Carvalho
Nária Carolinne Macedo Calisto
Beatriz Medrado de Souza
Raquel Costa Cordeiro de Santana
Lucas Matheus Almeida Peixoto
Matheus Bruno Souza de Assis
Carlos Joaquim Garcia Bueno
Luciana Corrêa de Almeida

Comissão Organizadora

Petrolina, 7 de abril de 2021

Anexo 1 - Modelos de Resumos

Modelo do Resumo para trabalho de Pesquisa (aplicada ou básica-teórica)

AS LEIS DO DISCURSO NAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS EM ARTIGOS DE OPINIÃO DE ALUNOS DE 9º ANO DA ESCOLA PACÍFICO DA LUZ, PETROLINA – PE

José de Almeida Araújo Cintra
jaacima@gmail.com
Bacharelado em Direito
Faculdade de Petrolina-PE -FACAPE

Introdução: considerando que um dos maiores desafios do ensino de Língua Portuguesa é ensinar a escrever, este trabalho, desenvolvido na disciplina Leitura e Produção, pesquisou as estratégias argumentativas que o aluno do Bacharelado em Direito utiliza para produzir um artigo de opinião observando as leis do discurso. **Metodologia:** foi realizada uma análise de textos produzidos por alunos, durante aulas de Língua Portuguesa, conforme a seguinte metodologia didático-pedagógica: a) os alunos leram uma notícia e um artigo de opinião; b) realizaram um debate sobre o tema abordado nos dois textos; c) produziram um artigo de opinião. A análise dos textos foi ancorada nos pressupostos teóricos da Escola Francesa de Análise de Discurso (MAINGUENEAU, 1991, 2001, 2005), na Teoria da Enunciação (BENVENISTE, 2005) e nos estudos de AMOSSY (2011) sobre argumentação e análise do discurso. **Resultados:** o resultado demonstra que os textos dos alunos têm problemas graves quanto ao uso de argumentos de relevância. Indica, também, que as estratégias usadas para persuadir configuram-se como paráfrases dos textos lidos e não levam em consideração, geralmente, as principais leis do discurso nem os contextos social e linguístico.

Palavras-chave: Leis do Discurso. Argumentação. Estratégias argumentativas. Ensino.

Obs.: esse modelo destina-se mais a trabalho de pesquisa aplicada. Se esta for do tipo básica-teórica (revisão bibliográfica etc), o autor pode fazer as adaptações necessárias, como no exemplo a seguir:

Anexo 2

FICHA DE INSCRIÇÃO

Título do Trabalho: _____

Modalidade:

Ensino ()

Pesquisa ()

Extensão ()

NOME-AUTORES

1 _____

E-mail:

Instituição:

Curso (se for o caso):

2 _____

E-mail:

Instituição:

Curso (se for o caso):

3 _____

E-mail:

Instituição:

Curso (se for o caso):

4 _____

E-mail:

Instituição:

Curso (se for o caso):

5 _____

E-mail:

Instituição:

Curso (se for o caso):

6 _____

E-mail:

Instituição:

Curso (se for o caso):

Anexo 3-Exemplo de Artigo Científico

(obs.: o que segue é só um rascunho de artigo. Desde que as normas básicas da ABNT sejam obedecidas, o autor poderá fazer mudanças/adaptações desse modelo)

O SERTÃO DA NÃO VIOLÊNCIA

Anna Christina Barbosa Freire
Universidade do Estado da Bahia
Faculdade de Petrolina-FACAPE
Genivaldo do Nascimento
Universidade de Pernambuco
Faculdade de Petrolina-FACAPE

Resumo

A violência consiste em tema que carece de reflexões capazes de instigar os agentes institucionais e o senso crítico na população. Neste sentido, o presente artigo analisa o funcionamento das relações interpessoais no que tange à violência física, a partir da sua quase inexistência no semi-árido, especificamente no povoado de Rajada, integrante do município de Petrolina/PE, situado no Sertão de Pernambuco, local onde houve apenas dois assassinatos em sete décadas. Toma por base as representações discursivas sobre a questão da violência bem como as formas como se apresentam os vínculos sociais que reforçam o *elán* comunitário. Estabelece diagnóstico indicando ajustes para maior eficácia nas políticas públicas existentes através da implementação de políticas de gestão da segurança pública e contribuição quanto a reflexões para promoção do rompimento da cultura do medo.

Palavras chave: violência; segurança pública; semiárido; políticas públicas.

Abstract

The violence is to subject that lacks reflections capable of instigating institutional agents and critical thinking in the population. In this sense, this paper analyzes the functioning of interpersonal relationships with respect to physical violence, from its near absence in the semi-arid region, specifically in the village of Rajada, a member of the city of Petrolina / PE, located in the backlands of Pernambuco. it builds on the discursive representations on the issue of violence and the ways in which they have social ties that reinforce the Elan Community. Establishes diagnosis indicating adjustments for more effective public policy through the implementation of existing management policies of public security and contribution to reflections as to promote the breakup of the culture of fear.

Keywords: Violence. Public Safety. Semi-arid. Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

O tema da violência, nas suas mais variadas facetas, tem sido objeto de abordagens nos estudos sociológicos, em especial pela demarcação de formas de geração de efeitos de sociabilização que se repetem de forma mais ou menos recorrente nas sociedades. Discutir sobre a temática da violência implica forçosamente perceber quais os elementos intrínsecos nas relações sociais que respaldam o comportamento violento, pois este se afigura como instrumento (ARENDR, 2001) para o não reconhecimento, anulação ou cisão do outro (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), negando, assim, a sua dignidade.

A violência é fruto de relações de dominação que são produzidas por relações interpessoais legitimadas, ou não, por mecanismos institucionais, que tornam o arbitrário cultural em natural (BOURDIEU, 2005) com implicações significativas nas estruturas históricas. Partindo desta perspectiva, é relevante refletir acerca do papel dos mecanismos sociais de regulação das relações de dominação no que toca à questão da constituição dos laços comunitários.

Nesse contexto, o não dito, o não realizado, encaixa-se como revelador daquilo que se quer explicar, pois na relação discursiva compartilhada na esfera coletiva o que não é executado também se constitui numa forma de ação. Assim, a aproximação metodológica do tema adotada no presente estudo tem como escopo as práticas adotadas pelos habitantes de Rajada, povoado do município de Petrolina/PE no submédio do Vale do São Francisco, cidade que é referência nos planos econômico e político para o estado de Pernambuco, um dos estados mais violentos do País, que apresenta a peculiaridade de, em pleno sertão, não computar registros significativos de crimes de morte, apenas dois nos últimos 70 anos em sua área urbana.

Para discutir a questão, o trabalho está dividido em três seções, além desta introdução: a primeira faz uma discussão acerca da influência da violência na estruturação de laços sociais; a segunda apresenta aspectos polifônicos no discurso da não-violência em Rajada e, por último, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.Pensando a violência

Uma questão relevante que se coloca é a face dessa realidade no Brasil, como aponta o Datasus, do Ministério da Saúde, ao se considerar a taxa média de homicídios no Rio de Janeiro e em Pernambuco a mesma média: 41 casos para cada grupo e 100 mil habitantes. É relevante observar que Pernambuco

aparece entre os cinco estados mais violentos do País nas 26 edições, ocupando a terceira posição em 2006, ficando atrás apenas de Alagoas e Espírito Santo. No caso específico de Pernambuco, há uma tradição de cultivo ao comportamento violento como forma de honra social, o que faz com seja conhecido como 'terra de matador'.

Considerando esse contexto, faz-se necessário o entendimento do *habitus* (BOURDIEU, 2004) estabelecido para a definição das relações sociais, em especial na sua influência para a formulação das agendas criadas na esfera da segurança pública, permite a compreensão da natureza das sociabilidades para a estruturação de vínculos sociais, pois “tudo o que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento” (SIMMEL, 2006) define a natureza das associações.

No *habitus* social do conflito, a construção de elementos, que têm como escopo a produção da segurança jurídica, parte da presunção da igualdade, calcada na concepção iluminista de Estado moderno e cidadania constituída pela prática política como modo de realizar a apropriação do conceito de justiça social. Forma-se, assim, uma tendência discursiva para a produção da segurança social (COSTA, 1998; SCOTT, 2002; TABAK, 2002).

A esse respeito podemos verificar fluxos do cotidiano para viabilização de segurança ontológica (GIDDENS, 2003), de maneira a criar seguranças externas de manipulação através do enraizamento de uma economia moral (ELIAS, 1994) capaz de dar vazão à necessidade de respostas aos dilemas da lógica de dominação vigentes (CRENSHAW, 2002; FERREIRA, 2004), conforme podemos depreender dos relatos a seguir.

2.2. Representações sociais

As representações sociais tiveram como precursor Serge Moscovici (1978), que na década de 1960 fez ressurgir o seu conceito a partir das representações coletivas de Dürkheim (SÁ, 2002). Nesse caso, porém, ele enfatizou a interação entre o individual e o social, ao invés de se voltar totalmente para o lado social conforme Dürkheim (1978) coloca.

Dentre os paradigmas que vêm sendo formulados nas últimas décadas, a Teoria das Representações Sociais desponta como uma nova maneira de interpretar o comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais. Moscovici afirma que elas são formadas por influências recíprocas e por negociações implícitas no curso das conversações, onde as pessoas se orientam para modelos simbólicos, imagens e valores. Nesse processo, os indivíduos adquirem um repertório comum de interpretações e explicações, regras e procedimentos que podem ser aplicados à vida cotidiana. Jodelet (2002) as define como uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto

social. Isso fica evidente ao observarmos o que se coloca na comunidade de Rajada quanto a expectativas de consumo relativas a padrões alimentares (itens da cesta básica), regularidade de aquisição de objetos de uso pessoal ou vestuário (em geral em junho, para as festas de São João, e em dezembro, para o Natal). Outro fator relevante é a regularidade de vivência das práticas religiosas da Igreja Católica e, em especial, a frequência às missas e às Rodas de São Gonçalo.[1]

Pode-se considerar a representação social como uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto (SÁ, 2002), mas ela não é só uma construção do sujeito, é também social, na medida em que há a participação social e cultural desse sujeito. Isso porque o homem é um ser social, que diariamente troca idéias e opiniões sobre determinados assuntos que despertam seu interesse e sua curiosidade com seus semelhantes, e, nessa interação, cada um possui seus conceitos advindos de uma lógica própria, formada pela coleta de informações e julgamentos valorativos das mais variadas fontes e experiências pessoais e/ou grupais.

São os processos formadores das representações sociais o sentir e o perceber, como diz Moscovici (1978), a objetivação e a ancoragem. Ele considera a ancoragem como a integração cognitiva do objeto representado por pessoas, idéias, acontecimentos, relações, etc. Ancorar é classificar e denominar. Para Jovchelovitch (1995) a objetivação e a ancoragem são formas específicas pelas quais as representações sociais estabelecem mediações das representações sociais na vida social. Emerge, com isso, a oportunidade de trazer ao conhecimento o desconhecido em uma realidade conhecida e institucionalizada.

Já a objetivação consiste em uma operação imaginante e estruturante pela qual se dá uma “forma” (ou figura) específica do conhecimento acerca do objeto, tornando concreto, quase tangível, o conceito abstrato. Objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia ou ser impreciso, reproduzir um conceito em uma imagem. Com a objetivação e a ancoragem observam-se as mediações existentes entre a vida social e a vida individual, tais mediações são as representações, estruturas simbólicas que se originam tanto na capacidade criativa do psiquismo humano, como das fronteiras que a vida social impõe (JOVCHELOVITCH, 1995).

Para Moscovici (1978), nas sociedades contemporâneas existem duas classes de universo de pensamento: os universos reificados e os universos consensuais. Ambos atuam simultaneamente para moldar a nossa realidade. Nos primeiros, bastante circunscritos, produzem-se e circulam as ciências e o pensamento erudito em geral. Os segundos, dizem respeito às atividades intelectivas de interação social cotidiana, pelas quais as representações sociais são produzidas. A construção de significação simbólica é, simultaneamente, um ato de conhecimento e um ato afetivo, cuja base é a realidade social (SÁ, 2002).

Vejam os a seguir de modo mais aprofundado como esses elementos se apresentam na comunidade estudada.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A questão central da investigação se concentra nos elementos que contribuem para a não-violência na comunidade de Rajada, em especial como o sentimento de pertença a um grupo bem definido socialmente contribui para evitar agressões físicas violentas que resultam em mortes, de modo a identificar os principais elementos indutores da não-violência. O estudo foi executado numa perspectiva qualitativa, exigindo que a aproximação metodológica seja dada pelo trabalho etnográfico, justificada em função da crença de que esse tipo de investigação direciona para a compreensão do fenómeno pesquisado, permitindo que, partindo de elementos significativos, seja possível explicitar os processos sociais e seus imponderáveis (MALINOWSKI, 1976).

A partir desse pressuposto, a identificação de representações sociais foi realizada com a ajuda de instrumentos de pesquisa que privilegiaram a análise de conteúdo, com foco de atração pelo escondido, pelo latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito) retido por qualquer mensagem (BARDIN, 1977). Esse aspecto decorre da necessidade de aprofundamento do mundo dos significados das ações e relações humanas (BOUDON, 1989) capaz de explicitar mitos, crenças, aspirações, valores e atitudes. Assim, foram realizadas 91 entrevistas com três grupos focais subdivididos por faixa etária em cinco classes (09 -11; 12 -17; 18 -30; 31-59; Acima de 60 anos) para garantir a variedade de perspectivas para o delineamento do *habitus* social.

As categorias de abordagem foram estabelecidas conforme a seguir: família, trabalho, escola, consumo e violência. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas que permitiram levantar o modo de vida predominantemente adotado pela comunidade.

Para o mapeamento da pesquisa, foi utilizado o método de *Análise do Conteúdo*, que permite inferências, pela identificação sistemática e objetiva de características específicas da mensagem, organizando listas de categorias temáticas, caracterizando-se como uma pesquisa predominantemente qualitativa. As noventa entrevistas realizadas foram gravadas, seguindo-se das transcrições, leitura flutuante para apreensão dos aspectos gerais. Assim, se constituíram como fonte complementar de dados e interrompidas quando se percebeu que os dados se “exauriram”, apoiando-se no conceito de 'saturação teórica' (Nico et al, 2007). Nesse sentido, a amostragem adotada é teórica, uma vez que o número de sujeitos ou situações que devem integrar o estudo é determinado quando as informações começam a ser repetidas e dados novos ou adicionais não são mais encontrados.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Sobre violência no grupo familiar e a Possibilidade de sofrer física violência na rua

Acerca desse tópico, os informantes afirmaram o seguinte:

“Não tem briga. Porque é feio irmãos brigar. Se aprender a brigar em casa ou na escola agente não quer não” J.W.R, 11 anos.

“Briga feia não. Briguinha simples e nada de ir aos tapas” M.A 18 anos.

“Não penso nisso, não considero. Aqui não acontece morte” K.R, 29 anos.

“Eu tenho 53 anos, nunca vi ninguém matar o outro aí” A.F, 53 anos.

“Ninguém aqui tem coragem” P.R, 20 anos.

Desta maneira, o entendimento dos usos admitidos como relevantes permite uma melhor visibilidade dos requisitos validados pelos atores sociais, que se inscrevem de maneira substantiva no escopo do conjunto de práticas e valores atuantes na regulação social. A consideração do cenário social para a avaliação das relações de poder requer a percepção da atuação dos diversos atores sociais, em especial a conformação das bases de motivação e direcionamento das ações. Neste sentido, desvelar a produção da prática discursiva dos indivíduos no âmbito da vida comunitária é então ponto crucial de delimitação do grau de equidade de fato constituído (GIDDENS, 1991).

Num ambiente social complexo, há uma multiplicidade de estruturas de referência com validade simultânea (D’INCAO, 1999), que atomiza o indivíduo ao colocá-lo em contraposição aos diferentes grupos com que mantém contato, seja de reafirmação da identidade, seja de alteridade. O reforço da individualização traz um desequilíbrio na referência identitária, um traço característico da lógica da sociedade pós-moderna. Firma-se o *habitus* como uma “camada característica da filiação a determinado grupo social de sobrevivência... dado que não existe identidade-eu sem identidade-nós” (ELIAS, 1994:151).

Há que se considerar a idéia defendida por Bourdieu (2001) de que existem homologias estruturais entre os campos simbólicos, de modo que todos eles estão interligados por elementos comuns, seja no sistema das socialidades primárias, ou no sistema das socialidades secundárias (GODBOUT, 1999). Sobre isso, Caillé (1998: 9) coloca: “os fatos sociais, diríamos, para resumir da melhor forma a especificidade da visão maussiana, tornam-se

totais e não devem ser considerados como coisas, e sim como símbolos". O pertencimento a uma comunidade pressupõe um sistema de atributos e relações, no qual os indivíduos participam, direta ou indiretamente, dos interesses comuns (BOUDON; BOURRICAUD, 2001).

Vejamos extratos dos relatos dos entrevistados acerca do papel da família:

"Parentesco, união com os primos todos. Muito importante a família da gente" J.M.A., 35 anos.

"É tudo. A coisa mais importante pra pessoa é a família" J.S., 19 anos.

A parentela se apresenta como uma realização de segurança, numa relação de tensão com a liberdade de ação individual, dentro do processo de compartilhamento de aspirações.

A questão norteadora para a avaliação dessa conformação social é a verificação da efetividade dos comportamentos dos indivíduos e os efeitos do seu desempenho no decurso das sociabilidades que se constroem no âmbito das instituições, de sorte a precisar como as trocas simbólicas são constituídas nas relações sociais frente as relações de violência física, através da análise da prática discursiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo analisou de que forma no padrão de sociabilidades estabelecido em Rajada sobressai a recorrência do laço afetivo extensivo à parentela como elemento de segurança ontológica que se afigura como válida na expressão de pertencimento à comunidade. No discurso incorporado à prática coletiva, a confiança é vivida como dádiva no processo social, que é demarcado por práticas ritualizadas de reforço aos laços comunitários, em especial pelas vivências de encontros sociais, religiosos ou não, bem como no distanciamento do que é desconhecido, do 'outro', do estrangeiro como possibilidade de macular a lógica da coletividade. A ideia recorrente de violência está calcada na possibilidade de inserção de elementos externos à comunidade, capazes de provocar tensões desestruturadoras do *habitus*. Nos elementos polifônicos do discurso da não-violência, fica evidente o cultivo dos grupos familiares e, por extensão, da ideia de parentela que se estende à comunidade como determinante de um insulamento identitário para garantia da paz social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BALANDIER, Georges. *A desordem: elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOUDON, Raymond. *Os métodos em sociologia*. São Paulo: Ática, 1989.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAILLÉ, Alain. *Nem holismo, nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 13, 38: 5-37, 1998.

CETRULO, Francisco. "Simmel: sociabilidade e sociedade moderna" In: Maria Angela D'Incao (org.), *Sociabilidade: Espaço e sociedade*. São Paulo: Grupo Editores, 1999.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

COSTA, Ana Alice. *As donas do poder. Mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA, 1998.

COSTA, Ana Alice. *O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*. Niterói, Revista Gênero v. 5, n 2, p 9-35, 1,2005.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista Estudos Feministas, v. 10, n 1, p. 171-188, 2002.

D'INCAO, Maria Ângela (org.) *Sociabilidade: espaço e sociedade*. São Paulo: Grupo Editores, 1999.

DURKHEIM, Emile. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*. São Paulo: UNESP/Boitempo, 1997.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA, Maria Mary. *Representação feminina e construção da democracia no Brasil*. Disponível em: www.ces.uc.pt/LAB2004. Acesso em: 03 Nov 2008.

FORSÉ, Michel "La sociabilité". *Economie et Statistique*, 132: 39-48, 1981.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Violência contra a mulher*. OUT 2001. Disponível em: <http://www.fundacaoperseuabramo.org.br>. Acesso em: 29 JUN 2006.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: UNESP, 1996.

_____. *Mundo em descontrole*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GODBOUT, Jaques. *O espírito da dívida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. *Direito e democracia*. Entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *A constelação pós-nacional*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

IPEA/UNIFEM. Brasil. *Retrato das desigualdades. Gênero e raça*. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 05 jul 2006.

JÖUCHELOVITCH, Sandra. "Vivendo a vida com os outros. Intersubjetividade, Espaço Público e Representações sociais" in: GUARESCHI P. A. *Textos em representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. P. 63-85.

KAUFMANN, Jean-Claude. *A invenção de si*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultura, 1976.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOSCOVICI, Serge. *A representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

NICO, Lucélia Silva. *A Grounded Theory como abordagem metodológica para pesquisas qualitativas em odontologia*. Ciência e Saúde Coletiva, v.12 n.3 Rio de Janeiro maio/jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413

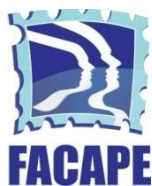
PRIORE, Mary Del (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

SÁ, Celso Pereira de. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Martin Claret, 2001



**AUTARQUIA EDUCACIONAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – AEVSF
FACULDADE DE PETROLINA - FACAPE**

Campus Universitário, s/n – Vila Eduardo – Petrolina/PE. CEP: 56328-903.
CNPJ nº 11.157.971/0001-66
Tel: 87 3866 3200

TORNA PÚBLICO:

Petrolina, (PE), 7 de abril de 2021

CARLOS GONÇALVES DE ANDRADE NETO

Coordenador da Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

**VANIA CRISTINA LASALVIA
Diretora Acadêmica**